

O EURO DIANTE DA CRISE EUROPELA

Maria Clara Martins Silva

Universidade Potiguar. E-mail: clara_martins9@hotmail.com

Envio em: Setembro de 2012

Aceite em: Novembro de 2012

RESUMO: A crise que se alastrou pela Europa nos últimos anos, e vem se mostrando cada vez mais árdua de conter, é de origem financeira e tem como ponto de ligação a exorbitante dívida pública de alguns países europeus como a Grécia, Portugal e Irlanda. Diante de tal acontecimento o Euro possui um papel fundamental, pois ao mesmo tempo em que funciona como um “âncora” para os países mais afetados, também proporciona grande estabilidade aos mesmos, sem que haja o descontrole da inflação e dos juros.

Palavras-chave: Crise. Europa. Euro. Dívida Pública.

EURO CRISIS BEFORE THE EUROPEAN

ABSTRACT: The crisis that has spread through Europe in the last years has become harder to contain and stems from the exorbitant public debt of some countries like Greece, Portugal and Ireland. While the Euro currency plays an important role, at the same time, the currency acts as an “anchor” for the affected countries, it also provides greater stability, reducing the variation in inflation and taxes.

Keywords: Crisis. Europe. Euro. Public Debt.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização o homem nunca foi capaz de viver sozinho “*No man is an island*”, ou seja, “Nenhum homem é uma ilha” (*Donne, John. 1624. Meditations XVII - Devotions upon Emergent Occasions*). Nas escrituras de John Donne é possível notar que este ponto sobre o homem necessitar viver em comunidade remetia a uma questão muito mais filosófica e psicológica das relações humanas, porém podemos associar o mesmo pensamento à questões econômicas, ao fato de que não podemos produzir tudo aquilo que necessitamos, logo recorreremos à “alguém” que posso nos fornecer o necessário.

Foi deste princípio básico que nasceu as relações comerciais, inicialmente um indivíduo trocava suprimentos com outro indivíduo, então uma vila com outra vila, um povo com outro povo, nações com nações e assim se sucedeu o crescimento do escambo.

Geralmente, para estabelecer algum padrão monetário, os comerciantes costumavam utilizar algum tipo de mercadoria de grande procura. Na Grécia Antiga, o boi (que era chamado *pekus*) foi utilizado como referência nas trocas comerciais. Uma outra mercadoria comumente utilizada foi o sal, que foi usado como moeda entre os romanos e etíopes (SOUZA, 2012, p.1).

O metal em algumas civilizações passou a possuir um valor significativo, e foi a partir daí que o mesmo transformou-se em um dos principais produtos de troca de materiais, posteriormente padronizando-se de acordo com o seu Estado de origem, representando assim não só a cultura de seu povo – possuindo gravuras em sua moeda que representassem algo ou alguém importante - como também a riqueza que este possuía. Tal invenção facilitou e agilizou as transações de compra e venda de mercadorias, tornando-se fortes componentes da economia da época, se fortificando cada vez mais com o passar dos séculos e hoje sendo uns dos principais representantes do poder de um Estado.

A Europa durante muitos anos foi palco de intensos conflitos, guerra territoriais e políticas, que se seguiram desde o século XIV até metade do século XX. Atualmente o continente enfrenta um conflito no âmbito financeiro não menos desafiante, que abalou o sistema financeiro internacional como um efeito dominó.

A crise que se iniciou na Grécia em meados de 2009 e já atingiu outros países, vem alterando as relações internacionais entre os países Europeus e custando o cargo de líderes de nações como Portugal, Grécia, Itália, Espanha e Bélgica.

A origem do problema é distinta entres os países afetados, mas todos tem em comum o problema da dívida pública e paralelamente à desvalorização da mesma – o que tornou difícil ou impossível para alguns países da zona do euro de financiar as dívidas governamen-

tais sem o auxílio internacional. Alguns economistas afirmam que os países mais fortes da União Europeia (UE), como a França e principalmente a Alemanha, vão ter que se sacrificar para o bem dos demais países, fornecendo pacotes de ajuda econômica.

O Euro, a moeda corrente da maioria dos países da EU, foi resultado de projeto político articulado principalmente pela França. Criado em 1 de Janeiro de 2002, é adotado atualmente por 17 dos 27 países da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal). Os países da Eurolândia não possuem Banco Central próprio, o que dificulta uma ação mais efetiva quando se trata da recuperação dos países que apresentam déficits em suas economias.

“O Banco Central Europeu ainda não tem a liberdade do FED americano para solucionar dívidas públicas e privadas” (FIOCCA, 2011). Essa liberdade ao qual Fiocca faz referência foi ao fato de que o FED (*Federal Reserve*, ou seja, Banco Central Americano) teve a possibilidade de efetuar a recompra das dívidas públicas e privadas, contendo dessa forma a depressão que atingia os Estados Unidos da América – resultado de excessivas concessões de crédito, principalmente hipotecário, à pessoas que não tinha condições de pagar ou arcar com os altos custos das taxas de empréstimos. Essa crise se agravou após a quebra do *Lehman Brothers* em 2008, que não só afetou o Estado Americano como também a Europa, já que muitas empresas do velho continente possuíam investimentos nos EUA.

O presente artigo que se segue tem como foco a posição da atual moeda da UE em frente à crise do sistema financeiro que a Zona do Euro vem enfrentando e de que maneira a mesma afeta política e economicamente não só os Estados aderentes e como os demais países que possuem forte relação com a Eurolândia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. HISTÓRIA

Ao final da Segunda Guerra Mundial a Europa encontrava-se em uma situação delicada, com grande parte de seus países destruídos e com suas economias devastadas, logo reestruturações independentes eram impossíveis.

“Depois da guerra, o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo” (HOBBSBAWN, 1994, p.90).

E na tentativa de resolver esse problema, os Estados europeus decidiram se agrupar, consequentemente se fortalecendo e assim alcançar os objetivos que tinham em comum, o crescimento e o desenvolvimento.

Em meados de 1948 esse projeto foi consolidado com o nome de Benelux, referente aos três países que compunha o grupo – Bélgica, Holanda e Luxemburgo – essa união criava incentivos tributários e aduaneiros e posteriormente um avanço em suas relações comerciais. Dois anos após o Benelux outro plano foi criado, o Plano Schuman (recebeu o nome devido ao Ministro da Relações Exteriores francês Robert Schuman, um dos principais

impulsionadores do projeto), que tentava então criar um mercado comum, que inicialmente apenas homogenizou a produção de carvão e aço na França e Alemanha, todavia com objetivos de expansão para demais países europeus.

Com a intenção de instalar uma base industrial unificadora na Europa, em 1951, foi criada a CECA – Comunidade Europeia de Carvão e Aço – uma das primeiras comunidades até então. Faziam parte desta 6 países fundadores: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda.

Ao perceber os resultados concretos e satisfatórios tanto do Benelux quanto da CECA, decidiu-se entrar criar uma nova comunidade, o Mercado Comum Europeu (MCE) ou Comunidade Econômica Europeia (CEE), além de promover a livre circulação de mercadorias, o grupo ansiava superar a hegemonia econômica presente na época que se dividia entre os Estados Unidos da América e a União soviética, potência exercida pelos dois países que gerava uma tensão mundial, esse período ficou conhecido como Guerra Fria.

Posteriormente ocorreu a assinatura do Tratado de Maastricht em 1991, que só teve início efetivamente em 1993, porém com o nome de União Europeia (UE), e desse bloco econômico faziam parte Áustria, Alemanha, Grécia, Bélgica, Dinamarca, Holanda, França, Itália, Reino Unido, Espanha, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Suécia e Finlândia. Dentre os diversos objetivos da UE, como o desenvolvimento de políticas comunitárias, promover políticas externas de segurança comum, livre circulação de cidadãos dos Estados membros, o tratado previa a circulação de uma moeda única.

Com os anos, outros países adentraram na UE, atualmente são 27 países, dentre desse total 17 aderiram a chamada Zona do Euro (Eurolândia), ou seja, aderiram ao euro como sua moeda comum e oficial, uma união monetária dentro da própria UE efetivada em Primeiro de Janeiro 2002, na estratégia de facilitar as negociações entre o países que utilizassem a moeda.

Mas para que um país possa adotar o Euro como moeda nacional pré requisitos foram estabelecidos, desta forma garantindo que aqueles que aderissem a essa integração monetária, tenham condições de acompanhar ou responder de maneira harmônica as mudanças que enfrentam a partir do momento da adesão, como por exemplo, a formação de um mercado único de capitais, trabalhadores, bens e serviços. Desta forma se um país não adota-se a moeda logo de imediato, seria possível ser feito posteriormente, após ter cumprido todos os requisitos necessários. Dentro da União Europeia, essa possibilidade é chamada de Alargamento Progressivo ou Integração Progressiva.

O alinhamento de suas estruturas sociais, econômicas e políticas devem estar de acordo com os demais Estados aderentes do Euro, entre elas compreende-se na estabilidade do câmbio, preços e taxas de juros a longo prazo; sua legislação deve ser compatível aos preceitos da Eurolândia, referente ao dever do Banco Central Europeu e a assuntos monetários.

Após ter cumprido todos os requisitos e o Estado ter sido aceito na Zona do Euro, as transações devem ocorrer de maneira clara perante aos cidadãos do respectivo requerente e de forma sucinta, ou seja, a moeda nacional precedente do Euro deve ser tirada de circulação rapidamente e os preços de mercado substituídos, convertidos devidamente, sendo repassados para a população.

2.2. CAUSAS

A crise foi resultado, de modo geral, do acúmulo de uma série de acontecimentos que favoreceram o surgimento da mesma. Primeiramente, as fáceis condições de crédito durante o período de 2002 à 2008 incentivaram as práticas de crédito e empréstimos de alto risco, o que gerou a crise de 2008 e a instabilidade econômica no ambiente internacional.

O longo período de baixas taxas de juros nos países desenvolvidos também foi um fator importante ao encaminhamento da crise europeia, tendo em vista que estimulou os elevados gastos públicos pelos países subdesenvolvidos, fazendo que fosse “barato se endividar”. A arrecadação de impostos desproporcional e lento crescimento econômico desde 2008 também são aspectos que favoreceram o surgimento da crise.

A falta de fiscalização dentro da União Europeia para averiguar se os requisitos para integrar a Zona do Euro, como manter uma dívida pública menor que 60% do PIB, ainda estavam sendo mantidas.

De fato, a crise da dívida é o resultado de uma pilhagem sistemática dos cofres do Estado para o enriquecimento da classe dominante à custa da população trabalhadora. Por três décadas, os impostos sobre empresas, grandes rendas e fortunas foram diminuindo continuamente. Os bilhões de euros que compensaram as perdas especulativas dos bancos após a crise financeira de 2008 devastaram as finanças públicas (SCHWARZ, et al, 2011).

Em seguida, a globalização das finanças, que segundo o professor de economia da Universidade de Paris XII, *Dominique Plihon (2007)* é um “processo de interligação dos mercados de capitais aos níveis nacionais e internacionais, conduzindo ao aparecimento dum mercado unificado do dinheiro à escala planetária”. Tal processo gerou uma reação em cadeia dentro do continente europeu, afetando cada vez mais países.

De acordo com Luís Faria (2012), os sinais da crise estão sendo sentidos por toda a Europa e ecoam por todo o mundo. A teoria do contágio se concretiza e não são apenas os gregos, os irlandeses e os portugueses que se veem em apuros face às taxas de juro exigidas pelo mercado para a colocação dos títulos representativos das respectivas dívidas públicas. Também a Itália, a terceira economia da Zona Euro e a sétima potência mundial foi contagiada e a Espanha, como também já se antevia. Mas o problema ganhou, recentemente, novas proporções quando a França, a Bélgica e até a Áustria foram atingidas pelo síndrome da dívida.

2.3. DENSENVOLVIMENTO DA CRISE

2.3.1. Grécia

Os primeiros sintomas da crise europeia foram sentidos em 2007, com o início da crise imobiliária norte americana, quando os bancos dos Estados Unidos da América possuíam ativos altamente arriscados, lastreados em hipotecas de baixa qualidade. A crise se alastrou para os demais países, afetando principalmente a Europa, o Japão e a China.

Mas a confirmação de uma crise na Europa veio com a publicação do The New York Times em fevereiro de 2010 que afirmava que a Grécia havia feito acordos com o banco Goldman Sachs com a intenção de esconder parte de sua exorbitante dívida pública. O clima de desconfiança fez com que a Comissão Europeia abrisse uma investigação sobre o caso e confirmasse a dívida. A Grécia além de possuir um déficit orçamentário superior a 13% do PIB, ultrapassou o dobro do limite de 60% da dívida sobre o PIB, de acordo com o Tratado de Maastricht que é responsável pela criação da Zona do Euro.

A situação grega foi resultado da situação internacional, o mundo ainda estava tentando se recuperar da crise anterior, e de fatores internos como o longo período de intensos gastos – alguns especialistas ressaltam as Olimpíadas de 2004 como principal responsável – e uma arrecadação de impostos infimamente menor, que ao longo dos anos gerou o acúmulo das dívidas públicas. “A Grécia estava completamente despreparada quando chegou a crise global de crédito e em 2009, registrou déficit orçamental de 13,6% do PIB e enfrenta atualmente uma dívida de 300 bilhões de euros” (ENTENDA a crise na Grécia, 2010).

Isso gerou consequências graves para a economia grega e europeia. A suspeita de que o governo grego suspenderia os pagamentos de suas dívidas e a falta de transparência na divulgação das dívidas e do seu déficit, fez com que a situação se agravasse e a retirada de investimentos estrangeiros e a necessidade do auxílio internacional para o pagamento de suas dívidas fosse inevitável.

De modo geral, todos os países da Zona do Euro foram afetados pelo impacto da crise. A dívida pública do governo grego fez com desencadeasse uma série de conflitos no mercado financeiro internacional, afetando assim os países menos estáveis da União Europeia, que assim como a Grécia precisaram posteriormente de um auxílio internacional.

Atualmente os países mais afetados – Grécia, Portugal, Itália, Espanha e Irlanda – fazem parte do grupo PIGS, ou também chamado PIIGS. O grupo existe desde a década de 90 e se refere ao conjunto de países europeus que possuem um desenvolvimento econômico similar. Após a crise financeira da Europa o termo se tornou popular, mesmo sendo considerado extremamente pejorativo por alguns economistas e pelos governos dos Estados participantes.

Segundo Povani (2010, p.1),

Um conjunto de cinco países europeus tem tirado o sono de economistas do mundo todo. Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, batizados de Piigs (acrônimo depreciativo criado para denominar as cinco economias, e que em inglês tem sonoridade e escrita semelhante a “porcos”), provocam temor em investidores quanto à capacidade desses governos de conter o alto déficit fiscal e honrar suas dívidas. O déficit ocorre quando um país gasta mais do que arrecada. A possibilidade de calote desses países é considerada a maior ameaça já enfrentada pelo euro, a moeda única europeia, desde sua criação. Além disso, esse cenário tem deixado o euro vulnerável e levado a quedas nas principais Bolsas do mundo nas últimas semanas.

2.3.2. Irlanda

Posteriormente a Grécia, a Irlanda se tornou o alvo da crise na União Europeia. Diferente da crise em outros países, a crise irlandesa não teve origem nos gastos excessivos do governo, apesar de sofrer posteriormente com a dívida pública, mas no enfraquecimento dos bancos.

A Irlanda havia sido apelidada de “tigre celta” devido o elevado desenvolvimento econômico que o país vivia, grande parte deste crescimento se deve a expansão do setor imobiliário. Todavia, em 2008, o setor sofreu uma forte retração com a crise imobiliária, a mesma resultou na queda de 50/60% do preço dos imóveis e no acúmulo de empréstimos de risco no portfólio dos principais bancos do país.

Os grandes bancos irlandeses estavam envolvidos diretamente com a expansão do setor imobiliário, pois eram responsáveis pelo fornecimento de empréstimos de alto risco para o setor. Com a chegada da crise, os bancos irlandeses se enfraqueceram drasticamente, sendo necessário a ajuda do governo.

Para auxiliar as instituições bancárias foram necessários cerca de 45 bilhões de euros (convertendo para o real seria mais de 100 bilhões), que geraram um déficit no orçamento do governo irlandês equivalente a 32% do PIB. Logo, o Estado irlandês enfrenta dois grandes problemas diante da crise: o enfraquecimento dos mais importantes bancos do Estado e a grande dívida pública.

“As finanças do país também estão sendo afetadas pela queda na arrecadação de impostos. A diferença entre o que o governo gasta em serviços públicos e o que recebe em impostos e taxas atinge o insustentável patamar de 12% do PIB. À medida que a economia se retrai, cresce o desemprego e aumentam os temores de que o país esteja à beira de uma volta à recessão.” (ENTENDA a crise na Irlanda, 2010).

Diante da crise, o Estado Irlandês se recusou inicialmente a receber auxílio internacional, afirmando ser plenamente capaz de arcar com suas dívidas. Tal relutância, tanto por parte do governo como por parte da população, vem do orgulho nacional de possuir uma independência financeira, tema já abordado pelo ministro irlandês, Batt O’Keeffe (2010), “a soberania do nosso país foi conquistada a muito custo e o governo não abrirá mão dela em favor de ninguém”.

A Irlanda nega os pacotes de ajuda da União Europeia também devido ao temor de se mostrar numa situação de instabilidade econômica no cenário internacional, o que poderia gerar o aumento aos impostos sobre a pessoa jurídica e, dessa forma, repelir os investimentos externos.

Ao mesmo tempo em que o Estado recusa as propostas de recuperação do Banco Central Europeu, os bancos nacionais privados passam por dificuldades no levantamento de empréstimos e como parte desses bancos são parcialmente nacionalizados, a dívida de tais instituições também faz a ser adquirida pelo governo irlandês.

A situação incerta que ronda as contas públicas irlandesas, afeta especialmente os países menos estáveis e que também apresentam dificuldades para arcar com a sua dívida pública. Dessa forma, existe uma grande preocupação no continente que tais países não sejam capazes de pagar seus credores, gerando então uma restrição dos empréstimos e elevando os custos do mesmo no mercado internacional.

2.3.3. Portugal

Portugal vivia nos últimos anos um baixo nível de crescimento econômico que se destacava na zona do euro por ser significativamente menor que os demais países – entre 2000

e 2009 a taxa média de crescimento econômico português foi de 0,9%. Todavia o Estado ainda buscava sustentar o modelo de vida europeia da década de 50/60, quando as taxas de crescimento giravam em torno de 6% e a economia era sustentável. Tal modelo europeu se baseava numa política de altos salários, proteção social e subsídios.

Durante as últimas décadas até o estouro da crise europeia o país deixou de ter uma economia sustentável, e passou a ter uma economia frágil e incapaz de arcar com a dívida pública.

Inicialmente Portugal se recusou a pedir ajuda no combate à crise para Comissão Europeia - o primeiro-ministro José Sócrates afirmou que o auxílio internacional seria o “último recurso”. Mas após uma série de conflitos na política interna, o país admitiu que não conseguiria arcar sozinho com as dívidas públicas que já se igualavam ao PIB português.

“Portugal será forçado a pedir ajuda externa para sair do buraco fiscal, arrumar suas contas e se enquadrar nos padrões da união monetária. Será necessário um pacote de uns 70 bilhões, segundo as estimativas mais otimistas. Mas há no mercado financeiro quem aponte uma necessidade de até 100 bilhões. O dinheiro poderá ser fornecido pela União Europeia, provavelmente com ajuda do FMI. O governo socialista do primeiro-ministro José Sócrates ainda tentou evitar esse tipo de solução, propondo ao Parlamento um novo programa de austeridade. Foi um esforço para desviar o país do caminho seguido pela Grécia e pela Irlanda. Mas o plano foi rejeitado e o chefe de governo pediu demissão. Havia prometido fazê-lo se a proposta fosse rejeitada. A oposição venceu, mas não tem motivos para comemoração. Nenhum socorro externo será fornecido sem a contrapartida de um rigoroso compromisso de ajuste, como já ocorreu nas negociações com as autoridades gregas e irlandesas.” (CRISE, 2011).

Atualmente o Estado apresenta melhoras significativas quanto ao programa de ajustamento que tem sido implementado.

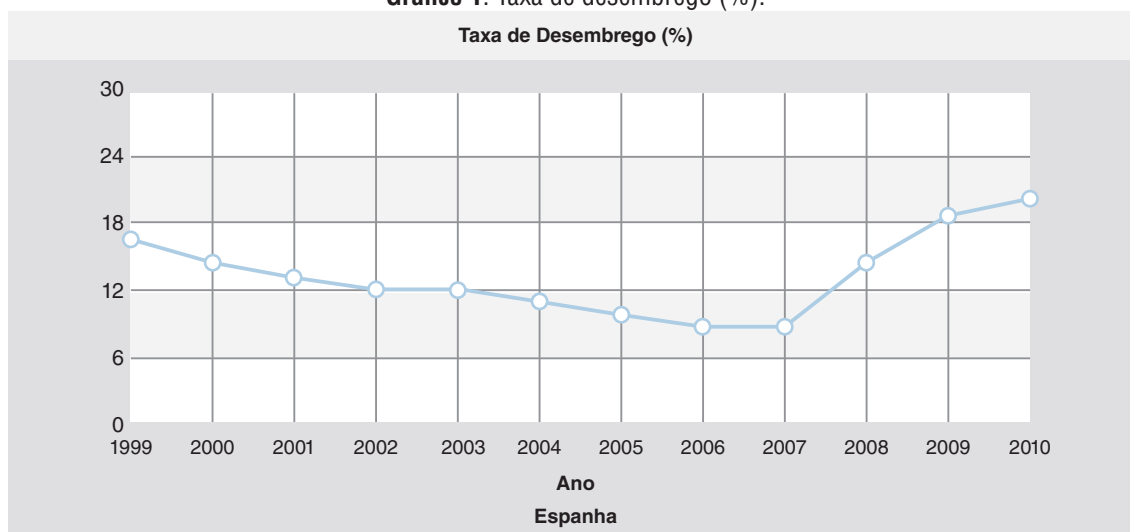
2.3.4. Espanha

Mesmo a Espanha sendo considerada uma economia forte e tendo um PIB consideravelmente maior que a Grécia, Portugal e a Irlanda, o país também apresenta problemas no âmbito financeiro decorrente da crise. Desde 2007 o país vem passando por uma recessão econômica e em 2009 o PIB espanhol contraiu 3,7% em comparação ao ano passado.

As dificuldades na economia espanhola são resultados do declínio na construção civil em meio ao excesso de oferta de habitação, a diminuição do consumo, o elevado nível de desemprego, a falências de grandes empresas e a elevada dívida que o Estado enfrenta – a dívida pública espanhola, em proporção ao PIB, é metade que a dívida pública grega, mas por se tratar de uma economia maior o endividamento de \$ 1 trilhão resultaria em um forte impacto à economia espanhola e sua população.

O governo adotou algumas medidas a fim de estimular a economia, como subsídios de desemprego estendido, garantias de empréstimos, corte de gastos públicos, privatizar indústrias, aumentar a competitividade através de reformas no mercado de trabalho e incentivar o consumo, todavia as medidas não obtiveram resultado. O déficit orçamentário também aumentou de 3,8% do PIB em 2007 para 9,2% do PIB em 2010 (três vezes maior que o limite da Zona do Euro) e o mais preocupante é que o desemprego chegou a maior marca da história do país, passou de 8% em 2007 para 20% em 2011.

Gráfico 1: Taxa de desemprego (%).



Fonte: Index Mundi, 2011.

2.3.5. Itália

A Itália vem passando nos últimos anos por um avanço econômico lento e níveis de crescimento menor que a média de crescimento da União Europeia por mais de uma década. Isso resultou numa economia enfraquecida e vulnerável diante da crise no continente europeu.

O Estado enfrenta, assim como os outros países afetados da Zona do Euro, problemas no controle da dívida pública. A mesma vinha aumentando de forma constante desde 2007 e atingiu quase 120% do PIB em 2011 – o equivalente a \$ 2,4 trilhões. O PIB italiano também sofreu uma drástica diminuição e está 5% menor que o PIB de 2007, período anterior a crise americana.

Mesmo a economia italiana se encontrando numa posição complicada, ainda se encontra em vantagem quando comparada as outras economias europeias, pois dívida pública italiana apresenta prazos maiores e parte desta dívida pertence ao mercado interno.

Desde 2011 o governo aprovou uma série de pacotes para frear a dívida pública, equilibrar o orçamento e diminuir o nível de desempregado, que já atingiu 8,4%, até 2013. Entre as medidas estão: o aumento de impostos, a reforma das pensões e cortes na administração pública.

2.4. AUXÍLIO INTERNACIONAL

Durante uma conferência das Nações Unidas (UN – *United Nations*), que ocorria na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, Estado Unidos, no mês de julho do ano de 1944, ali presentes 45 representantes de seus respectivos Estados, concordaram que era necessário a criação de um Sistema de Cooperação Econômica Internacional. Esta nova organização teria como finalidade os seguintes pontos, que seriam a base da instituição: estimular a cooperação e a estabilidade econômica internacional, além de promover o crescimento econômico, auxiliar financeiramente, por tempo limitado, os países em crise.

A proposta desse sistema de cooperação surgiu, principalmente, com o princípio de que o mesmo evitasse que crises econômicas acontecessem novamente, como por exemplo a Grande Depressão da década de 30 – em 29 de outubro de 1929 os Estados Unidos da América presenciou a quebra da sua bolsa de valores, porém antes disso a indústria americana já estava sofrendo com a queda nas taxas de produção, que causará uma leve recessão econômica que se prolongou-se até 29 outubro, quando ocorreu a Quinta-feira Negra, e piorou a recessão que já existia – obrigando muitas empresas a fecharem suas portas, consequentemente aumentando as taxas de desemprego, e essa crise não só atingiu o EUA como alcançou diversos países de diferentes maneiras.

Quatro anos após o início da Grande Depressão quando a crise atingiu o seu pior momento, o então atual presidente Americano Franklin Roosevelt, criou uma série de medidas econômicas conhecidas como *New Deal*, que auxiliaram na minimização dos efeitos da crise, a partir de então as economias que foram atingidas passaram a se recuperar.

Na mesma década que deu-se a criação de um Sistema de Cooperação Econômica Internacional, ocorreu também o fim da Segunda Guerra Mundial, que deixou rastros desastrosos em todos os aspectos, incluindo o econômico. Durante a guerra os principais países industriais da época apresentaram déficit em sua economia, e na tentativa de proteger e estimular o seu mercado interno, restringiram as suas importações, resultando na queda ainda maior de seu comércio, produção, e logo, assim como na Grande Depressão, o desemprego e a diminuição do padrão de vida assolou a população.

Ao fim desta guerra, 29 líderes aliados tomaram medidas para estabilizar as relações financeiras internacionais, e em uma nova conferência em dezembro de 1945, na mesma cidade de Bretton Woods, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI, ou em inglês, IMF – *International Monetary Fund*).

Atualmente o FMI é composto por 188 países membros, e ainda baseia-se nas propostas básicas de sua criação, porém com o passar dos anos muitas coisas foram modificadas. Apesar do crescimento e expansão econômica presenciada nas últimas décadas, impulsionado principalmente pelos avanços tecnológicos e o aumento do comércio internacional, os países não são beneficiados de forma igualitária, havendo assim uma discrepância entre as nações, algumas extremamente ricas e outras que vivem em extrema miséria.

Os países não vivem isoladamente, uma nação afeta outra seja de forma direta ou indireta, o crescimento da integração de mercados e da interligação entre as economias está evidente – é possível perceber desde o momento em que se quer comprar um carro até quando se observa a prateleira de um supermercado – e os Estados se beneficiam cada vez mais de suas relações internacionais.

E como o FMI participa dessas relações?

O Fundo Monetário Internacional preocupa-se com a economia de um país como um todo, inclusive com o seu mercado financeiro, todavia o mesmo não contribui com setores ou projetos privados, ou seja, apenas auxílios governamentais e de natureza pública, seja contribuindo com a sua balança de pagamentos, reservas internacionais ou até mesmo no auxílio a redução da pobreza. O mesmo é responsável pela supervisão econômica, mantendo a estabilidade do mesmo, alertar seus membros sobre fatores de riscos em suas

transações mais importantes e assessorar política e economicamente, além de conceder treinamento para ajudar os Estados a melhorar sua gestão econômica.

“O prometido apoio do FMI e a antecipação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira ajudam a adiar a tensão sobre o euro e os países sob pressão” (FIOCCA, 2011).

Esse fundo é sustentado pelos seus países membros que injetam dinheiro, para que o mesmo possa ser conduzido para nações ou Estados que necessitem. Com a crise que assolou a Europa nos últimos anos o FMI teve de entrar com determinadas medidas chamadas anticrise, medidas que são essenciais para trazer de volta a estabilidade dos países não só europeus, como os demais que foram afetados pela crise.

Foi possível arrecadar cerca de \$ 430 bilhões para o Fundo Internacional, sendo desta quantia \$ 200 bilhões providos da própria eurolândia e os demais \$ 230 bilhões de outros 11 países inclusive de Estados emergentes (incluindo o Brasil), que injetou parte desse dinheiro nos países que mais precisavam para tentar conter o aumento de suas dívidas públicas, mas com a condição de que os mesmos países que receberam essa injeção de capital comessem a cortar gastos públicos, fosse feito um aperto orçamentário a médio prazo, e reformas estruturais para recuperar a confiança e trazer de volta os investidores.

Como, por exemplo, Portugal, que vem recebendo ajuda do FMI desde o início da crise e mostra resultados positivos com a injeção de investimentos, com boas expectativas de crescimento e cumprimento das reformas econômicas, que ajudam na sua recuperação, sustentabilidade orçamental. Estas reformas incluem medidas que assegurem o aumento da competitividade e crescimento de empresas do setor público e privado, além de criação de novos empregos. Apesar dessa melhora o Fundo Monetário Internacional prevê que o PIB de Portugal diminua 3.25% neste ano, porém uma leve recuperação em 2013.

Após injeções financeiras em diversos países da Europa, foi possível notar a que a situação do euro vem melhorando pouco a pouco juntamente com as dívidas e economias dos Estados da eurolândia, porém ainda sofrendo muitas turbulências. No momento o euro se encontra em sua maior cotação dos últimos cinco meses, quando logo no início do ano de 2012 chegou a sua maior desvalorização desde agosto de 2011, quando atingiu a marca de R\$2,19 por um euro.

2.5. EURO

Como já mencionado o tópico “História” do presente artigo, um dos objetivos básicos ao criar-se a UE, era a integração da economia, ou seja, a criação de um mercado comum. Todavia antes da adoção do Euro, era difícil promover uma cooperação econômica e monetária singular. No início dos anos 90, os Estados-Membros assinaram o Tratado de Maastricht (ou Tratado da União Europeia) que aprovava a admissão do euro como uma moeda forte e estável, entrando em vigor no início do século XXI.

A adoção do euro como moeda única por alguns dos países membro da União Europeia apresentou diversas vantagens em comparação à situação em que se encontravam antes, quando cada Estado possuía sua própria moeda. Diminuíram os custos adicionais que existiam para realizar operações de câmbio, assim como os riscos de flutuação, houve um aumento na transparência das negociações transfronteiriças, e também as atividades econômicas tornaram-se mais rentáveis ao longo dos anos, mas um dos pontos principais

dessa união monetária foi a ênfase da ideia de um mercado único, proporcionando uma maior integração e cooperação entre os países, já que agora todos eram responsáveis por manter a estabilidade da moeda, consequentemente da economia também.

Os benefícios trazidos pela existência de uma moeda única foram importantes não só para a economia, como também para os cidadãos, companhias e empresas. A expansão do mercado – gerada pelo aumento da segurança e das oportunidades para as empresas – deixou os preços mais estáveis e mais baixos para os consumidores, salvo que também aumentou a diversidade de produtos no mercado à disposição dos mesmos.

O crescimento econômico e a estabilidade da Eurolândia chamou a atenção de grandes investimentos estrangeiros, inteirando ainda mais os mercados, tanto internacionais como os da Zona do Euro, tornando a Europa uma importante aliada e referência na economia mundial. Consequentemente, o euro passou a ser um símbolo concreto e de grande relevância na identidade europeia, sendo assim um fator integrante não só econômico, mas também social.

Se não houvesse essa integração comercial entre os países europeus, a crise que assolou a Europa nos últimos anos teria provocado estragos imensuráveis, já que a Eurolândia capacitou seus Estados a absorverem a crise de forma mais branda, ainda que grave.

Mas mesmo com as diversas vantagens, a moeda europeia também possui uma série de desvantagens no cenário da crise, pois funciona como uma espécie de “âncora”, dificultando o reerguimento dos países afetados no continente.

Isso ocorre, pois nos demais países quando ocorre uma crise no âmbito econômico, a desvalorização descontrolada da moeda resulta na queda do preço dos produtos e serviços internos e consequentemente aumenta a exportação do país, expandindo o mercado e facilitando a recuperação o mesmo. Mas no caso dos países da Zona do Euro essa desvalorização exponencial da moeda não ocorre, assim como o aumento das exportações e consequentemente o mercado se contrai.

No âmbito político, o euro também teve uma participação fundamental. A criação da moeda europeia foi uma ferramenta utilizada principalmente pelo Estado francês para se aproveitar da credibilidade da economia alemã (que era muito mais sólida, estável e prestigiada que as demais economias europeias) e fazer com que a Alemanha perdesse a sua moeda, o marco, que na época era a mais forte de todo o continente europeu.

A economia forte e estável da Alemanha se deve principalmente a seu Banco Central, o Bundesbank, que sempre adotou uma disciplina rígida e severa com relação à aplicação de juros e o controle da inflação – isso ocorre devido ao histórico da Alemanha pós Segunda Guerra Mundial, quando o país sofria com uma economia devastada e uma inflação exorbitante.

A Alemanha passou a integrar a Zona do Euro devido à crença de que uma economia estável no continente evitaria guerras e conflitos na região. Todavia antes de assinar o tratado do euro, o Bundesbank impôs uma série de fatores, como não ter mais do que 3% do déficit fiscal e não ter mais do que 60% de dívida sobre o PIB dos países, para evitar um ambiente econômico instável e uma crise no continente.

Tais medidas do Tratado de Maastricht não evitaram a crise, devido à falta de mecanismos para fiscalizar os países membros da União Europeia, certificando-se que os mesmos es-

tariam seguindo com os requisitos impostos pelo tratado, e também não havia nenhuma forma de punição para aqueles que descumprissem com as medidas.

De acordo com Cardoso (2010),

Ao identificar o problema distintas observações podem ser feitas, principalmente no que diz respeito à moeda comum europeia, o euro. No que diz respeito à solução do problema, a academia tende a uma reforma institucional da união monetária europeia em favor de um mecanismo de resgate a países em dificuldades. Vale observar o Euro e suas consequências sobre estes mercados hoje em dificuldade. Enquanto sua gestação foi primordialmente econômica, considerações políticas mais amplas, como o resgate a países, ficaram de fora. Desta maneira o Banco Central Europeu (BCE) não dispõe de mecanismos para um possível pacote de ajuda, o que demanda em cada caso uma solução criativa. Ao superar esta crise não é de todo impossível que uma nova apareça, o que justifica um debate sobre uma solução permanente.

2.6. O FUTURO DA EUROLÂNDIA

O país grego acredita que deixando a Zona do Euro, desvalorizaria a sua moeda nacional e assim poderia lucrar mais com suas exportações, porém o valor de suas exportações são quase nulos, então não teria um significado tão relevante para sua economia.

Apesar da dificuldade de se prever o futuro do Euro, diversas projeções já estão sendo feitas tomando como base na possibilidade ou não da saída da Grécia não só da Eurolândia, como também da União Europeia.

Os líderes do G8 (Estados Unidos, França, Rússia, Japão, Grã-Bretanha, Canadá e Alemanha) defendem que os países aderentes do Euro devem permanecer unidos e respeitarem os compromissos assumidos, já que estas seriam as únicas formas de manterem a moeda forte. A chanceler alemã, Angela Merkel, chegou a sugerir a Grécia que realizasse um referendo em conjunto com as eleições gregas neste mês de junho (2012) para que a população decidisse ou não por reformas no país em relação a sua moeda corrente.

Tal sugestão não foi recebida muito bem pelos membros dos partidos gregos, que rebateram da seguinte maneira:

“O povo grego não precisa de um referendo para provar sua escolha pelo euro, pelo qual já paga o preço fazendo sacrifícios” (*Antonis Samaras*, líder do Partido Conservador Nova Democracia)

“A celebração de um referendo é competência exclusiva do governo e do Parlamento grego, e não da União Europeia ou de governos de outros países membros.” (*Evangelos Venizelos*, líder do Partido Socialista *Pasok*)

O G8 também acredita que pode ajudar a estimular o crescimento dos países em crise, de maneiras distintas dependendo da necessidade apresentada por cada um, através de medidas “anti déficit”, provindos de financiamentos governamentais e privados, de modo que esse dinheiro fosse investido na educação e na infraestrutura, deste modo elevando e revigorando o potencial econômico e produtivo desses países.

Outra solução apresentada para a contar a crise seria a criação de *eurobonds* – títulos comuns das dívidas dos países aderentes do euro, desta forma o amonte seria “redistribuído” como um todo, e as dívidas dos países mais afetados diminuiria. Os *eurobonds* é um ideia que está sendo bem aceita por todos os Estados envolvidos, com exceção da Alemanha, “A crise não será resolvida com um remédio milagroso, mas sim com o resultado de um trabalho duro, baseado no rigor orçamentário e em reformas estruturais” afirma a Chanceler da Alemanha Angela Merkel. que acredita que isso seria uma maneira de tirar o peso de alguns países e recolocá-los em outros que não possuem débitos e são responsáveis com suas economias, para Merkel, uma solução plausível seria uma nova negociação entre os países do Norte e Sul europeu, onde mais investimentos poderiam ser concedidos, além de acordos , como de exportação e importação, pudessem ser arrançados afim de manter os mercados em funcionamento.

Essa preocupação exacerbada com o fato da Grécia ou não se deve ao a diversos fatores, e um deles é que não se sabe o que a sua saída representaria política e economicamente, alguns analistas acreditam que essa seria uma válvula propulsora para outros países, principalmente Espanha, Portugal, Itália e Irlanda, deixem a Zona do Euro também, levando assim a um caos econômico muito maior. “A saída da Grécia abriria espaço para um cenário mais crítico que poderia levar ao fim da Zona do Euro”, afirma o Dr. Antonio Carlos Alves dos Santos (Economista, PUC-SP), e continua dizendo que “Haveria uma tentativa em larga escala [dos investidores] de se livrar dos títulos em euro, pois o mercado age muito mais pelo fator psicológico que econômico”

Apesar da Grã-Bretanha não fazer parte da Zona do Euro, sua preocupação com a crise é tão grande com a crise quanto os dos países que membros da Eurolândia, já que estes são seus maiores parceiros comerciais. Logo se seus vizinhos do outro lado do canal entrarem em colapso, os súditos da Rainha também sofrerão, mantendo-se assim descrentes em relação a saída da Grécia, afirma Nick Clegg (vice-primeiro-ministro do Reino Unido) “Ninguém deveria trabalhar sob a falsa esperança de que de alguma forma a saída da Grécia do euro traria alívio instantâneo para os problemas que enfrentamos. Se algum membro decidir deixar a moeda, haveria um efeito imprevisível não apenas nos membros da Zona do Euro, mas também na União Europeia como um todo, incluindo o Reino Unido, e na economia global.”

Nenhuma decisão efetiva será tomada até que as eleições Gregas do dia 17 de junho de 2012 aconteçam, quando o resultado definirá a saída ou não da Grécia da União Europeia, já que os partidos gregos possuem diferentes posições se tratando do plano de austeridade, plano este evitou até agora que a Grécia não ficasse sem pagar as suas dívidas públicas e ir a falência devido aos empréstimos concedidos pela UE e o FMI. Os favoritos na disputa são: o partido Nova Democracia (conservador) e o partido Syriza (esquerdistas), o primeiro sendo a favor da permanência na Eurolândia e da aliança entre o governo grego e os demais países da UE. O esquerdistas deseja manter-se na Zona do Euro desde que alguns termos do acordo sejam cancelados, o que a maioria dos países da União Europeia considera inconcebível, o que poderia levar a uma ruptura entre a Grécia e o Euro.

Toda uma economia está nas mãos dos cidadãos gregos, e o que resta agora para os demais países europeus é esperar por uma decisão e só então por em prática seus planos de contenção da crise.

3. METODOLOGIA

O artigo apresentado foi elaborado de acordo com o tipo de pesquisa bibliográfica. “(a pesquisa bibliográfica) é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (LAKATOS et al, 1986; MINAYO, 2007 apud CONCEITOS...2008).

Ao longo do artigo procuramos compreender e analisar alguns aspectos da crise que ocorre na Europa e a importância do euro nesse cenário a partir de referências já publicadas.

A técnica de pesquisa que foi utilizado no artigo em questão se classifica como uma pesquisa qualitativa, ou seja, esta voltada a descrever fatos e analisa-los, dando um novo significado ou interpretação aos mesmos.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (LAKATOS, 1986, apud CONCEITOS, 2008).

A pesquisa qualitativa se apresenta nas descrições da história da União Europeia e no desenvolvimento da crise, além a análise do auxílio internacional fornecido pelo Banco Central Europeu e a análise crítica do contexto em que o euro esta presente.

4. CONCLUSÃO

A crise econômica no continente europeu ainda não deu sinais de termino e segundo Christine Lagarde (2012), diretora do FMI (Fundo Monetário Internacional), a crise atual pode ser ainda pior que a grande depressão – crise econômica que ocorreu em 1929 e levou a quebra da bolsa de Nova Iorque – e ainda mais desafiadora.

Para agravar a situação internacional, a Grécia foi “ameaçada” de sair da Zona do Euro caso não cumprisse com seus compromissos diante dos empréstimos recebidos para auxiliar na sua economia, sendo o *Bundesbank* o principal incentivador desta ideia, enfatizando que o país deve arcar com as consequências de seus atos. “Em vários desses países, como Alemanha e Holanda, pesquisas de opinião pública estão tratando desse assunto. Eles começam a achar que a Grécia não deveria usar o euro, deveria voltar ao dracma” (LEITÃO, 2010).

Diante desse contexto, a situação do euro se encontra numa posição incerta e fazendo muitos economistas se questionarem se uma moeda comum seria o ideal para países tão diferentes entre si.

Para, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi (2012).

Essa configuração do euro que temos há dez anos, que era considerada sustentável, mostra-se agora insustentável, a menos que outras medidas sejam tomadas [...] O próximo passo para os nossos líderes é que eles deixem claro qual visão eles têm para os próximos anos. Quando mais cedo eles o fizerem, melhor.

Tal afirmação polêmica mostra que até o maior guardião do euro se apresenta incrédulo quanto ao futuro do euro.

Dessa forma podemos concluir que, a menos que medidas urgentes sejam realizadas pelas autoridades europeias a fim de salvar a moeda euro, a mesma pode entrar em declínio e consequentemente deixar de ser a moeda corrente da Eurolândia. O mega investidor, George Soros (2012), afirmou recentemente que as autoridades tem uma janela de três meses em que eles podem corrigir seus erros e reverter a atual tendência, caso contrário, se reerguer da crise se tornará ainda mais árduo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Hugo Henrique Roth. PIIGS, uma nova realidade europeia. Mundorama: divulgação científica em Relações Internacionais, 15 de março de 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/03/15/piigs-uma-nova-realidade-europeia-por-hugo-henrique-roth-cardoso/>> Acesso em: 06 jun.2012.

COMO Entender a Crise na Grécia e na Itália: Causas da Crise Europeia. **Uol.com.br**, 15 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.essaseoutras.com.br/como-entender-a-crise-na-grecia-e-na-italia-causas-da-crise-europeia/>> Acesso em: 20 abr.2012.

CONCEITOS em Pesquisa Científica. **Webartigos**, 22 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/>> Acesso em: 15 maio 2012.

CRISE atual pode ser pior que a Grande Depressão, diz Lagarde Em palestra, a diretora-gerente do FMI alertou sobre a ameaça de uma crise financeira global. **Gazetaweb.com**, 23 de maio de 2012. <<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=313945&e=16>> Acesso em: 06jun.2012.

CRISE portuguesa, crise europeia. **Estadao.com.br**, 25 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,crise-portuguesa-crise-europeia,696964,0.htm>> Acesso em: 23 maio 2012.

DADOS Históricos Gráficos. **Index Mundi**, 01 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=sp&v=74&l=pt>> Acesso em: 06 jun.2012.

ENTENDA a crise na Grécia. **BBC Brasil**, 06 de maio de 2010. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100428_entendagrecia_ba.shtml> Acesso em: 13 abr.2012.

ENTENDA a crise na Grécia e suas implicações:Num momento de protestos populares e instabilidade política, o país deve precisar de mais ajuda econômica da EU. **Estadao.com.br**, 16 de junho de 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+internacional,entenda-a-crise-na-grecia-e-suas-implicacoes,71997,0.htm>> Acesso em: 13 abr. 2012.

ENTENDA a crise na Irlanda. **BBC Brasil**, 18 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101118_irlanda_qa_pu.shtml> Acesso em: 04 maio 2012.

EUROPA tem três meses para salvar o euro, afirma Soros para bilionário, credores devem ficar no controle e nada pode ser feito sem a Alemanha. **Exame.com**, 03 de junho de 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/europa-tem-tres-meses-para-salvar-o-euro-afirma-soros>> Acesso em: 26 jun. 2012.

FIOCCA, Demian. 2011 tem quatro ano. **Revista Carta Capital**, Edição Especial nº 678, Caderno de Política, Economia e Cultura, 28 de dezembro de 2011.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos** – O breve século X (1914-1991). 1994.

KRUGMAN, Paul. Morte por Davos. **Estadão.com.br**, 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/paul-krugman/>> Acesso em: 05 jun. 2012.

LAGO, Andréia. Crise atual pode ser pior que a Grande Depressão, diz Lagarde Em palestra para estudantes de Harvard, a diretora-gerente do FMI alertou sobre a ameaça de uma crise financeira global e falou da incapacidade de jovens para encontrar empregos decentes. **Estadão.com.br**, 23 de maio de 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,crise-atual-pode-ser-pior-que-a-grande-depressao-diz-lagarde,113575,0.htm>> Acesso em: 26 maio 2012.

LEITÃO, Míriam. O que está em xeque na Europa é a crise do euro. **O Globo blogs**. Mirian-leitao.com, 23 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2010/02/23/o-que-esta-em-xeque-na-europa-a-crise-do-euro-268647.asp>> Acesso em: 06 jun.2012.

MOGHADAM, Reza et al. Transcript of the EURO Crisis Seminar. **International Monetary Fund**, 20 de April de 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/tr/2012/tr042112b.htm>> Acesso em: 26 abr. 2012.

OBAMA diz estar ‘confiante’ em crescimento europeu. **BBC Brasil**, 19 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120519_cupula_g8_obama_cc.shtml> Acesso em : 23 maio 2012.

O EURO no resto do mundo. Comissão Europeia: assuntos econômicos e financeiros, 30 de outubro de 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/world/index_pt.htm> Acesso em: 03 maio 2012.

O QUE vai acontecer se a Grécia sair da zona do euro. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/salvar-o-euro-nao-vai-resolver-a-crise-perde-lo-tambem-nao/>> Acesso em: 06 jun.2012.

PORQUÊ o euro? **Comissão Europeia**: assuntos econômicos e financeiros, 30 de outubro de 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/why/index_pt.htm> Acesso em: 03 maio 2012.

PRESSE, France. G20 vincula ajuda do FMI a medidas anticrise na Europa. **Correio Braziliense**, 26 fevereiro de 2012. Disponível em? <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/02/26/internas_economia,291111/g20-vincula-ajuda-do-fmi-a-medidas-anticrise-na-europa.shtml> Acesso em: 26 abr.2012.

QUAL a origem da crise europeia? **Estadão.com.br**, TV Estadão. 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://tv.estadao.com.br/videos,qual-a-origem-da-crise-europeia,126488,254,0.htm>> Acesso em: 15 abr.2012.

ROVANI, Andressa. Deficit na Europa assombra mundo; entenda o que são os Piigs. **Uol Notícias**: Economia, 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/02/10/piigs.jhtm>> Acesso em: 05 jun.2012.

SCHWARZ, Peter. A crise europeia. **World Socialist Web Site**, 27 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2011/jul2011/pteu-j27.shtml>> Acesso em: 10 abr 2012.

SOUSA, Rainer. História da Moeda. **Brasilecola.com**, 2012. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/historia-da-moeda.htm>> Acesso em: 28 mar.2012.

STEWART, Heather. Britain and the eurozone: too close for comfort, too distant to be an influence Cameron and Merkel were all smiles last week, but the PM's pitch to Europe is a hard one to make. **The Guardian.com**, The Observer, 10 June 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2012/jun/10/britain-eurozone-too-close-for-comfort>> Acesso em: 10 jun.2012.

UM MERCADO de potência e tecnologia elevadas. **Estadao.com.br**, Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/videos/videos,um-mercedes-de-potencia-e-tecnologia-elevadas,,0.htm?pagina=65>> Acesso em: 28 maio 2012.

UNIÃO Europeia articula novo plano para salvar o euro. **O povo online**, 05 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/mundo/dw/2012/06/05/noticiasdw,2853077/uniao-europeia-articula-novo-plano-para-salvar-o-euro.shtml>> Acesso: 06jun.2012.